



☆☆☆

ESTRUTURA DE PEÇAS

☆☆☆

Ação Popular



1	EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA ... SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE ...
2	(Observar a depender do caso para onde será dirigida)
3	
4	NOME, nacionalidade, estado civil/união estável..., profissão..., RG nº..., CPF sob nº..., título
5	de eleitor nº..., residente em... por meio de seu advogado, conforme procuração anexa,
6	com escritório..., endereço que indica para os fins do art. 77, V, do CPC, vem com funda-
7	mento no art. 5º, LXXIII, da CRFB/88 e na Lei 4717/65, propor/ajuizar AÇÃO POPULAR , em
8	face da (autoridade que praticou ou irá praticar o ato lesivo, bem como os beneficiários)
9	com sede funcional... conforme fatos e fundamentos que seguem.
10	
11	I - DOS FATOS
12	(Breve relato dos fatos explanados no caso proposto.)
13	
14	II - DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA
15	O art. 5º, § 4º, da Lei 4.717/65 prevê expressamente a possibilidade do pedido de tutela de
16	urgência em sede da Ação Popular.
17	No caso em tela, conforme art. 300 do CPC, a probabilidade do direito está nos fatos e
18	fundamentos apresentados e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo é
19	notório com a lesividade do ... (Descrever a situação do caso prático).
20	
21	III - DO CABIMENTO DA AÇÃO
22	A presente ação é cabível, pois estamos diante de atos lesivos ao patrimônio público, nos
23	termos do art. 5º, LXXIII, CF/88 e arts. 1º, 2º e 4º, da Lei nº 4.717/65.
24	(Explique neste tópico o porquê da ação ser cabível ao caso concreto)
25	
26	IV - DA COMPETÊNCIA
27	Justifique o endereçamento com o respectivo fundamento legal, se houver.
28	
29	V - LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA
30	O autor, cidadão, está em gozo dos seus direitos políticos, conforme título de eleitor em



31	anexo, contemplando o requisito da cidadania para figurar no polo ativo da presente de-
32	manda (art. 1º, § 3º, da Lei 4.717/65).
33	Quanto ao polo passivo, faz-se necessário que todos os envolvidos/beneficiários no ato
34	lesivo respondam pela violação praticada, bem como a Pessoa Jurídica diretamente en-
35	volvida, representando um litisconsórcio necessário, nos termos dos arts. 1º e 6º, da Lei
36	4.717/65 (Citar cada um).
37	
38	VI - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS
39	Artigos que contemplem o caso prático, ou seja, o artigo do direito material violado.
40	
41	VII - DOS PEDIDOS
42	Diante do exposto, requer:
43	a) A concessão da medida cautelar, para suspender (ou impedir) o ato lesivo (art. 5º, § 4º,
44	da Lei 4.717/65) (correlacionar com o caso prático);
45	b) Que seja confirmada a medida cautelar, julgando procedente o pleito autoral (para de-
46	cretar a invalidade do ato impugnado + condenar o réu ao pagamento de perdas e da-
47	nos) (correlacione com o caso!), conforme art. 11 da Lei nº 4.717/65;
48	c) A condenação dos Réus em custas e em honorários advocatícios (art. 12 da Lei 4.717/65);
49	d) A intimação do Representante do Ministério Público (art. 7º, I, “a”, da Lei 4.717/65);
50	e) A citação dos Réus nos endereços já apresentados (art. 7º, I, “a”, da Lei 4.717/65);
51	f) A produção de todos os meios de provas em direito admitidas (art. 319, VI, do CPC);
52	g) A juntada da cópia do título de eleitor da parte autora e demais documentos (art. 320,
53	CPC e art. 1º, §3º, da Lei 4.717/65);
54	A parte autora manifesta interesse pela realização de audiência de conciliação, conforme
55	o art. 319, VII, do CPC.
56	Dá-se à causa o valor de acordo com o art. 319, V, do CPC
57	
58	Termos em que pede deferimento.
59	Local, data
60	Advogado, OAB nº



61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	



91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	